

4

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal do Idoso – CMI, realizada ao  
2 décimo terceiro dia do mês de Janeiro de 2015, às nove horas na Casa de Participação  
3 Comunitária, situada na Rua Rei Alberto I, número 119, no bairro da Ponta Praia, em  
4 Santos/SP, com a participação dos conselheiros para deliberar a seguinte ordem do dia: Item  
5 I - Apreciação e deliberação da Ata da Assembleia Geral Ordinária de nove de dezembro de  
6 2014; Item II - Informes Gerais da Diretoria Executiva; Item III - Assuntos Gerais; Item IV-  
7 Deliberação sobre o Planejamento das Ações para 2015; Item V- Informes das Câmaras. A  
8 presidente Eliza Montrezol inicia a assembleia dando boas vindas a todos e lê um trecho do  
9 texto Envelhecer de autoria de Pedro Paulo Monteiro, 3 ed, editora Autêntica, 2005 , como  
10 prática reflexiva na ampliação do conceito do processo de envelhecimento. Em seguida  
11 passa para o Item I - Informa que por motivos operacionais a leitura da ata de dezembro  
12 ficará para próxima assembleia; todos concordam. Item II- A presidente apresenta o extrato  
13 bancário da conta corrente do Fundo Municipal do Idoso, do Banco do Brasil com um saldo  
14 de R\$ 1.100.422,04 (hum milhão cem mil, quatrocentos e vinte e dois reais e quatro  
15 centavos.), explica que a Empresa Vivo de Telecomunicação doou \$ 1.098.000,00 (Hum  
16 milhão noventa e oito mil reais) e que os munícipes também já estão doando para o Fundo  
17 Municipal do Idoso através dos carnês de IPTU. O conselheiro Luiz Carlos (Bacalhau)  
18 pergunta se essa verba está aplicada, e fala que é preciso fazer uma adequação no  
19 Regimento Interno deste Conselho, e sugere ter na Diretoria Executiva uma pessoa de  
20 referência do Fundo Municipal do Idoso, solicita prioridade sobre esse assunto. A conselheira  
21 Rosana Gomes lembra aos conselheiros que o gerenciamento do Fundo é do CMI com o  
22 suporte técnico da Secretária de Finanças, e fala que nesse extrato bancário apresentado  
23 hoje está escrito que é um investimento com resgate automático, sendo assim a verba já  
24 está aplicada. Relata que no CMDCA- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente  
25 existe uma Câmara Financeira com a finalidade de controle da conta do Fundo daquele  
26 conselho. A presidente Eliza relata que apesar de termos esse dinheiro na conta isso não  
27 quer dizer que poderemos gastar imediatamente, pois a Lei nº2936/2013 que cria o Fundo  
28 Municipal do Idoso determina a forma que deve ser utilizada essa verba. A conselheira Dulce  
29 fala sobre a possibilidade de consultar os Conselhos, no caso os que têm Fundo: o CMAS e  
30 o CMDCA. A conselheira Maria Aparecida acredita que o Edital deverá ser elaborado pelo  
31 CMI, pelo seu caráter de controle social do atendimento a Pessoa Idosa. Sugere agendar  
32 uma reunião com o CMDCA juntamente com os Coordenadores das Câmaras de Legislação,  
33 Planejamento e Diretoria Executiva a fim de receberem informações e orientações sobre o  
34 Fundo. A presidente e os conselheiros concordam em agendar essa reunião. A presidente  
35 relata que o Secretário Carlos Mota da SECID – Secretaria Municipal de Defesa da  
36 Cidadania chamou para uma reunião amanhã (14/09) com CONDEFI e CMI para discutir a  
37 possibilidade de se fazer uma Conferência unificada. Na próxima AGO, deste conselho, será  
38 trazida as informações dessa reunião e as orientações do CNDI para subsidiar as  
39 deliberações sobre a realização da Conferência Municipal do Idoso. Em seguida a presidente  
40 fala sobre as faltas dos conselheiros. Relata que no 2º semestre de 2014 foi feito um  
41 levantamento onde foi percebido o grande número de faltas dos conselheiros representantes  
42 da Sociedade Civil e também do Poder Público, e conforme o nosso Regimento Interno três  
43 faltas consecutivas sem justificativa, automaticamente desliga o conselheiro, acredita que é  
44 necessário decidir o que vamos fazer. A conselheira Rosana Gomes sugere que em relação  
45 ao Poder Público seja enviado um ofício confirmando ou não a representação. A presidente e  
46 os conselheiros concordam em enviar ofícios também às associações. A conselheira Dulce  
47 sugere sensibilizar, trazer de volta os conselheiros da Sociedade Civil, e convidar as

5

1

6

10

48Universidades a participarem deste Conselho. Item III - Assuntos Gerais: Sr. Carlos se  
49apresenta como representante do Comitê Metropolitano da Costa da Mata Atlântica de  
50Tuberculose AIDS e Hanseníase, também faz parte do Conselho Estadual de Tuberculose e  
51relata que já fez parte deste Conselho em outros momentos. Solicita que seja representante  
52do CMI no Conselho Estadual de Tuberculose. A presidente e os conselheiros explicam que  
53para isso é necessário que ele seja primeiro conselheiro e que a entidade que ele venha a  
54representar tenha inscrição neste Conselho. Sr. Carlos fala que enviará os documentos da  
55Instituição para que seja avaliado e assim, realizada a inscrição, caso contrário ele não  
56poderá representar este Conselho em nenhum órgão. O conselheiro Paulo Machado faz um  
57convite a todos os conselheiros, relata que no dia 23/01 as 9h:30 haverá um ato de  
58manifestação sobre a questão dos aposentados e pensionistas, porém ainda não tem o local  
59definido, mas será ou na praça Mauá ou no Sindicato de Administração Portuária, fala que  
60assim que tiver o local encaminhará aos conselheiros. O conselheiro Luis Carlos (Bacalhau)  
61sugere que a AGO seja apenas para deliberar e que o restante do horário aconteça reunião  
62das Câmaras, pois acredita que é necessário juntar as três Câmaras para que os trabalhos  
63aconteçam com mais agilidade, e assim a AGO seria para leitura da ata e deliberações dos  
64encaminhamentos das Câmaras. A colaboradora Lucy Freitas fala que a AGO é a mais  
65importante instância de participação da sociedade nas Políticas Públicas, que se pode fazer  
66a reunião das Câmaras no mesmo dia, mas não na AGO, e solicita a presidente uma  
67Capacitação para os conselheiros. A presidente solicita o posicionamento dos conselheiros.  
68A conselheira Maria Aparecida sugere que a reunião das Câmaras seja realizada num  
69mesmo dia para que haja uma maior interação entre as Câmaras agilizando assim todos os  
70trabalhos. A presidente coloca em votação, todas as Câmaras no mesmo dia, ou em dias  
71diferentes da forma que sempre foi. Aprovado todas as Câmaras no mesmo dia, ficando as  
72reuniões para todas as segundas quintas-feiras às 14hs. A presidente apresenta a proposta  
73de Planejamento construída pela Diretoria Executiva para 2015, solicita considerações dos  
74conselheiros que o aprovam. A presidente fala também sobre o Decreto Lei 6097/2012 que  
75precisa ser revisto, assim como a organização da Legislação do CMI, do Regimento Interno e  
76Resoluções principalmente em relação às ILPIS- Instituições de Longa Permanência. A  
77Conselheira Maria Aparecida informa que o Residencial Brilho do Sol teve suas atividades  
78encerradas no mês de Dezembro de 2014, e que esse foi um presente para este conselho  
79que há três anos lutava por uma condição de vida com dignidade e uma melhor qualidade de  
80vida para aqueles idosos que viviam naquele local. Item V - Relato das Câmaras: O  
81conselheiro Edison coordenador Câmara de Legislação informa que estão estudando todas  
82as Resoluções e Leis para adequar o Regimento Interno e as mudanças que devem ser  
83feitas em algumas Resoluções. A Câmara de Planejamento informa que trabalhará em  
84parceria com a Câmara de Legislação. Câmara. A conselheira Maria Aparecida informa que  
85a Câmara de Fiscalização se prepara para iniciar as visitas em fevereiro. Nada mais havendo  
86a falar eu Maria Aparecida de Souza Costa secretariei e assino esta ata juntamente com a  
87presidente.

88

89

90Eliza Montrezol

91Presidente

Maria Aparecida de S. Costa

1ª Secretária

11

2

12